

Renan quer voto aberto em cassação

CPI notifica mais um senador e dois deputados, e Conselho de Ética decide ouvir donos de empresa acusada de irregularidades na venda de ambulâncias

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que é favorável ao voto aberto para algumas deliberações do Legislativo, como as referentes à cassação de parlamentares. Mas se manifestou a favor do voto secreto na apreciação de vetos presidenciais e indicações de autoridades. O

Conselho de Ética, que investiga denúncia da CPI dos Sanguessugas contra Ney Suassuna, Serys Slhessarenko e Magno Malta, decidiu ouvir na terça-feira os donos da empresa Planam, Luiz Antônio e Darci Vedoin, além de Ronildo Medeiros. A CPI vai investigar mais um senador e dois deputados. **Página 5**



J. Freitas

Acessibilidade não se reduz à oferta de cadeiras de rodas, nem ao rebaixamento do meio-fio para facilitar a locomoção, afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros, ao homenagear 58 pessoas com deficiência que integram o quadro funcional do Senado. O diretor-geral, Agaciel Maia, disse que o Senado é exemplo de instituição acessível a pessoas com deficiência. **Página 6**

Gerardo Margela



Paulo Octávio, Demostenes Torres, João Alberto e Jefferson Péres discutem a estratégia dos trabalhos do Conselho de Ética

Aguardam votação na Câmara 803 projetos do Senado e de comissões

Encontram-se em etapas diversas de tramitação na Câmara dos Deputados 803 propostas originárias do Senado e de comissões mistas. Elas incluem desde projetos formulados por CPIs até o

que muda radicalmente a tramitação das MPs e o que torna obrigatória a execução do Orçamento. Já no Senado aguardam decisão 527 matérias provenientes da Câmara. **Página 7**

Qualidade de vida só com envolvimento de todos

Um grupo de 180 representantes de órgãos públicos discutiu ontem a qualidade de vida – algo que, segundo a avaliação

dos participantes, depende do envolvimento de todos os servidores. O evento termina hoje com debate sobre aposentadoria. **Página 6**



José Cruz

Senador diz que só foi transferido até agora R\$ 1,9 bilhão dos R\$ 5,2 bilhões prometidos pelo governo federal para compensar as isenções às exportações

Flexa Ribeiro cobra MP para completar repasse aos estados

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou da tribuna que o governo federal repassou até agora “apenas R\$ 1,9 bilhão dos R\$ 5,2 bilhões” prometidos para compensar os estados pela isenção de impostos nas exportações (Lei Kandir). Nos últimos dias, pressionado pelos governadores, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, prometeu repassar o dinheiro por medida provisória, disse o parlamentar.

– Os estados estão esperando pela medida provisória. Faltam apenas quatro meses para terminar o ano e os governadores precisam desse dinheiro. Eles estão deixando de arrecadar ICMS para ajudar o país a exportar, mas não é justo que enfrentem dificuldades financeiras por isso – assinalou.



Fotos: Rosevelt Pinheiro

Flexa Ribeiro defende lei do Pará que visa levar indústrias para o estado

Flexa Ribeiro lamentou que “um advogado, a serviço não se sabe de quem”, tenha ingressado com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a constitucionalidade de lei do estado do Pará que concede in-

centivos fiscais para atração de indústrias. O STF já havia considerado inconstitucional outra lei com a mesma finalidade, depois de provocado pelo PT. Com a decisão, informou, o governo paraense conseguiu aprovar nova legislação, agora também questionada. Para ele, sem uma lei com esse objetivo, estados pobres não terão condições de atrair investimentos.

O senador criticou a propaganda do PT veiculada pela televisão no Pará, na qual o partido afirma que o governo Lula transferiu para o estado, ano passado, mais de R\$ 5 bilhões. Segundo Flexa Ribeiro, mesmo que fossem somadas todas as transferências constitucionais obrigatórias, o valor não atingiria esse montante.

João Alberto protesta contra alto lucro dos bancos

João Alberto Souza (PMDB-MA) se disse chocado com a liberdade com que os bancos definem e reajustam tarifas à revelia dos interesses dos correntistas. Afirmou que os “lucros espetaculares” atribuídos às instituições bancárias pela imprensa, em 2005, reforçaram sua convicção de que o Brasil se transformou em paraíso dos bancos.

Segundo dados do Banco Central, citados pelo senador, os lucros dos 50 maiores bancos no país teriam crescido 36,5% em 2005. Só os dez maiores estabelecimentos bancários teriam acumulado, entre janeiro de 2003



João Alberto anuncia projeto para punir excessos das instituições financeiras

e junho de 2006, lucros superiores a R\$ 23,5 bilhões.

– Esse discurso não é um libelo contra o lucro dos bancos, mas é preciso que o Congresso assumam

a responsabilidade de reequilibrar o relacionamento entre os cidadãos e os bancos – afirmou João Alberto.

O parlamentar estendeu suas críticas às taxas de juros cobradas no país. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil tem os juros anuais mais altos (44,7%) entre 107 países.

– Até o Haiti pratica uma taxa de juros menor que a brasileira: 13,1% ao ano – comparou.

João Alberto, que recebeu, em aparte, apoio de Paulo Paim (PT-RS), anunciou projeto de lei de sua autoria visando punir excessos cometidos pelos bancos.

Senador lembra 27 anos da anistia e defende consolidação da democracia

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comemorou ontem, em Plenário, os 27 anos da anistia no país, implementada pela Lei 6.643/79, durante o regime militar. O senador ressaltou que a data histórica, comemorada às vésperas das eleições, é uma oportunidade para a sociedade refletir sobre novos rumos para o país, na busca da consolidação da democracia.

– Temos um Brasil redemocrático, mas que precisa de aperfeiçoamentos, de correções de rumo, de ações firmes na busca da retomada do nosso caminho. Há muito a ser feito e uma eleição geral é um bom momento para

refletir sobre os caminhos a serem tomados.

Para Renan, as instituições e a população brasileira não podem mais viver acuadas por organizações criminosas, com altos níveis de violência urbana.

– Não é mais uma questão de novas leis. Trata-se de aplicar com rigor a legislação que já existe, aperfeiçoar as instituições, reaparelhar o Estado para que cumpra suas funções constitucionais – explicou.

Renan lamentou ainda a morte de dom Luciano Mendes de Almeida, a seu ver uma das principais vozes da redemocratização do país e da justiça social.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Comunicações e debates

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), e os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Marco Maciel (PFL-PE) estão inscritos para falar da tribuna, a partir das 14h. A sessão do Plenário será não-deliberativa, dedicada a pronunciamentos de parlamentares e avisos da Mesa.

Encontro debate Parlamento do Mercosul

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul reúne-se de hoje até sexta-feira em Porto Alegre para debater o processo de instalação do Parlamento do Mercosul e questões ligadas a fronteiras entre os países que compõem o bloco econômico.

O encontro, que será presidido pelo senador Sérgio Zambiasi

(PTB-RS), contará com a presença de representantes das comissões do Brasil, da Argentina, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela.

Em parceria com o Interlegis, a audiência de amanhã, que abordará a instalação do Parlamento, será transmitida por videoconferência para 11 estados.

Representante da China

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe hoje em seu gabinete o presidente da Assembleia Popular Nacional da China, Wu Bangguo, às 11h30. Participa do encontro o presidente da Câmara, Aldo Rebelo.

Qualidade de vida

A preparação para a aposentadoria e a reabilitação funcional do servidor compõem a programação do último dia do II Fórum de Qualidade de Vida nas Instituições Públicas. Os debates, que começam às 8h30, ocorrem no auditório do Interlegis.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Marcos Guerra e César Borges

Em visita ao Brasil, Wu Bangguo, segunda autoridade mais importante da China, discute hoje com Renan Calheiros a integração entre os dois países

Senado recebe o presidente da Assembléia Popular chinesa

Maiores países em desenvolvimento nos hemisférios ocidental e oriental, Brasil e China intensificam esta semana diálogo para uma atuação conjunta em favor da segurança internacional e do desenvolvimento sustentável, com a visita a Brasília de Wu Bangguo, presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular daquele país. O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe Bangguo hoje em seu gabinete.

Número dois do Partido Comunista Chinês, o visitante é a segunda autoridade mais importante da República Popular da China. Ele integra o Comitê Permanente do Birô Político (Politburo) do Partido Comunista Chinês, que dirige o país. A visita ocorre cinco meses depois de o vice-presidente da República, José Alencar, ter visitado a China, ocasião em que foi instalada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível (Cosban),

criada em 2004.

A visita de Wu Bangguo ao Brasil expressa a importância política que aquele país confere à nação brasileira. O diálogo entre Brasil e China é facilitado atualmente por uma comunhão de propósitos, como o desenvolvimento econômico, a erradicação da pobreza, o dinamismo das duas economias e a cooperação técnica, científica e tecnológica, cujo melhor exemplo é o Programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite), referente ao desenvolvimento conjunto de satélites de sensoriamento remoto. Os lançamentos, com êxito, dos satélites Sino-Brasileiros 01 e 02, respectivamente, em 1999 e 2003, mostraram a importância estratégica da cooperação bilateral desses países na tecnologia espacial.

O diálogo entre Wu Bangguo e Renan Calheiros ocorre num

momento especial das relações sino-brasileiras. Em 2004, o presidente Lula visitou a China e, em 2005, o presidente Hu Jintao veio ao Brasil. A instalação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível e o sucesso das negociações na área econômica, com parâmetros equitativos e mutuamente vantajosos para a expansão do comércio bilateral, evidenciam o fortalecimento dessas relações.

Wu Bangguo desembarca com honras militares, acompanhado de uma comitiva de 80 pessoas. O convite para a visita foi feito por Renan, a pedido do presidente da Câmara, Aldo Rebelo. Nessa Casa do Parlamento, Wu Bangguo receberá do deputado Renildo Calheiros (PCdoB-PE), presidente do Grupo Parlamentar Brasil-China, a Medalha Mérito Legislativo. Às 16h, Wu Bangguo tem encontro privado com o presidente Lula.

Abertura acelerou-se nos anos 1970

• Um vasto império protegido pela Grande Muralha – assim a civilização chinesa, que surgiu por volta de 2000 a. C., permaneceu até o século 13, quando os contatos com o Ocidente se tornaram mais frequentes, por meio de mercadores como Marco Polo.

• Mas a verdadeira abertura para o Ocidente foi deflagrada em 1970, com as chamadas zonas econômicas especiais.

• Em 2001, a China se tornou membro da Organização Mundial do Comércio, coroando 15 anos de negociações. Para chegar lá, pagou um preço: abertura às importações e aos investimentos de capital estrangeiro em setores antes protegidos, como bancos e telecomunicações.

Brasil poderia abrir-se mais a investimentos internacionais, diz embaixador da China

O Brasil poderia ser mais flexível em certas medidas protecionistas, na opinião do novo embaixador da China no Brasil, Chen Duqing, além de investir em maior produtividade e na divulgação de seus produtos no exterior. Em entrevista à Agência Senado, na véspera da chegada ao Brasil de Wu Bangguo, presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional da China, Duqing defendeu maior cooperação econômica entre os dois países. Mas advertiu que, caso alguns setores brasileiros não venham a se modernizar, não apenas produtos chineses, mas também indonésios ou vietnamitas poderão chegar ao país.

A vinda do presidente da Assembléia Popular da China ocorre dois anos depois de visitas bilaterais feitas pelos presidentes da República. Pode-se dizer que Brasil e China têm hoje uma relação política mais densa?

Chen Duqing – As relações políticas têm sido mantidas em alto nível. O lado chinês sempre considera importante, com um parceiro estratégico, manter muito alto o nível de intercâmbio político.

O presidente Lula tem defen-

ido uma “relação estratégica” com a China e a chamada parceria Sul-Sul. Por outro lado, a oposição brasileira algumas vezes tem dito que o Brasil dá mais importância à China do que a China ao Brasil. O que o senhor acha disso?

Chen Duqing – Talvez seja uma percepção um pouco unilateral, sem se inteirar do conjunto da situação. Nesse processo cada vez mais globalizante, realmente existem muitas oportunidades e desafios. A China e o Brasil podem trabalhar juntos para que a tendência globalizante possa favorecer mais os países em desenvolvimento. É pena que até agora as regras sejam ditadas pelos países desenvolvidos.

A China tem atraído grande quantidade de investimentos estrangeiros por sua flexibilidade em relação a esses capitais?

Chen Duqing – Talvez possa interpretar sua pergunta em dois sentidos. Primeiro, a China tem sido flexível em adotar o capital estrangeiro para aumentar nosso crescimento econômico. Também há desejo do capital estrangeiro de encontrar locais onde possa ter maior produtividade e lucro. Por outro lado, em muitos casos

a China está mais aberta do que o Brasil. O Brasil poderia ser mais flexível e mais aberto em certas medidas, para introduzir mais capital estrangeiro.

Quando o presidente Hu Jintao esteve aqui, há dois anos, foram feitas promessas de grandes investimentos em infraestrutura. Como está a discussão desses investimentos?

Chen Duqing – Meus amigos brasileiros e empresários falam de um gargalo que limita o crescimento econômico. A China neste momento tem mais condições de colaborar com o Brasil. O interesse não esfriou. O problema é que, para fazer investimento de grande envergadura, há muitos fatores a resolver, como os estudos de viabilidade e de impacto ambiental. Tenho citado o caso de usina siderúrgica em São Luís, que a Vale do Rio Doce construiria junto com a chinesa Baosteel. Tem-se trabalhado muito, mas o projeto está parado. Um alto executivo da Vale me disse que o problema está do lado brasileiro. A Baosteel começou ainda a trabalhar com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em um projeto para Itaguaí (RJ), mostrando que o lado chinês continua empenhado.

A cooperação bilateral em ciência e tecnologia já mostrou resultados, como o lançamento de um satélite binacional. Como o senhor vê o potencial de cooperação nessa área?

Chen Duqing – Agora precisamos estimular cientistas dos dois países, para que se juntem e identifiquem novas áreas [de cooperação]. O caso dos aviões Embraer também envolve alta tecnologia. Na informática, o Brasil tem áreas avançadas, mas para entrar no mercado chinês tem que divulgar muito os seus produtos, pois quando se fala de informática, os empresários chineses vão logo pensar em Japão, Estados Unidos e Europa, não no Brasil.

Na questão econômica, a China vem caminhando fortemente para se tornar a segunda potência e talvez, no futuro, a primeira. Para empresários brasileiros, isso significa mais oportunidade ou risco?

Chen Duqing – Um empresário disse recentemente que, no intercâmbio com a China, o Brasil sai duas vezes favorecido. Primeiro, ao comprar muitos produtos primários brasileiros, a China ajuda a elevar os preços desses produtos. Segundo, a

China exporta produtos para cá com preço bastante competitivo, o que ajuda a segurar a inflação. Alguns setores se sentem ameaçados, mas isso, na verdade, é a concorrência. Se o produto chinês não entrar, pode entrar o indonésio, o vietnamita. Durante certa fase o protecionismo pode ser necessário, mas algumas empresas ficaram viciadas e esquecem que devem melhorar a produtividade. Quem vai pagar o preço é o consumidor.

Não existe o risco de o Brasil se tornar fornecedor apenas de matérias-primas e a China fornecedora de produtos industrializados?

Chen Duqing – Não, porque o Brasil não é fazenda e a China não é a fábrica do mundo, assim como a Índia não vai ser o escritório. O Brasil tem as condições para deslanchar de novo. É preciso refletir por que o Brasil ficou para trás nos últimos anos. Cabe aos brasileiros tirar a conclusão. No caso dos aviões, a China já comprou e, se puder, vai comprar mais. Mas o Brasil tem que saber vender. Por exemplo, o café brasileiro é ótimo, mas não se pode vender só o grão, tem que trabalhar com os processados.

ACM: “Lula não tem condições morais para falar de combate à corrupção”

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou ontem declarações do presidente Lula feitas em São Paulo durante o lançamento de seu programa de governo. O senador afirmou que “Lula não tem condições morais para negar, como fez, a existência de lixo sob o tapete em seu governo”. Na opinião de Antonio Carlos, o presidente da República teria facilitado esquemas de corrupção como o do mensalão e o da máfia das ambulâncias.

Ele também censurou o presidente da República por prometer aumentar o combate à corrupção em seu próximo mandato.

– É engraçado Lula dizer que vai intensificar o combate à corrupção. O corrupto número um do Brasil vai intensificar o combate à corrupção – disse.

O senador elogiou o ex-presidente Fernando Henrique Cardo-



Antonio Carlos apresenta projeto para permitir adiantamento do 13º salário

so por ter dito, durante almoço em São Paulo, que não aceitava ser comparado a Lula.

Antonio Carlos Magalhães anunciou, no início de seu discurso, a entrega de projeto de lei de sua autoria à Mesa. O projeto permite que, entre janeiro e junho de cada ano, os empregadores paguem de uma só vez, como adiantamento, o 13º salário.

Jereissati diz que governo valoriza cultura da mentira e da corrupção

Ao registrar visitas que fez, na semana passada, a municípios do interior do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que “o governo Luiz Inácio Lula da Silva criou e está tentando implantar três culturas perversas na tradição cultural brasileira: o não-trabalho, a corrupção e a mentira”.

Na avaliação de senador, a duplicação do número de beneficiários do Bolsa Família, que teria ocorrido entre junho e agosto deste ano, representa a volta do voto de cabresto na política brasileira. Segundo ele, no formato atual, o programa do governo federal está promovendo a estagnação do país, sobretudo da região Nordeste, “ao retirar da população as noções sobre a necessidade e o valor do trabalho e a importância de produzir para melhorar de vida”.

Distribuindo dinheiro por meio do Bolsa Família, da linha de microcrédito Pronaf B e dos empréstimos consignados, analisou o senador pelo Ceará, o presidente Lula teria se transformado no “coronel do século 21”.

– Nos próximos dois anos, pessoas que contraíram empréstimo consignado enfrentarão problemas para pagá-lo, situação que implicará a redução do consumo e prejuízo para comerciantes, principalmente de municípios do interior de estados nordestinos – alertou.

Jereissati disse que ouviu, no Nordeste, pessoas argumentan-



Para Jereissati, Bolsa Família e Pronaf B estão sendo usados para voto de cabresto

do que “Lula tem razão quando assume que seus amigos roubaram, que o PT está roubando no governo, mas que outros partidos fazem o mesmo”.

– O presidente da República procura difundir, sobretudo entre a população menos esclarecida, que o roubo é generalizado no país. Ele mente, vai à TV e se desmente, mente no dia seguinte e se desmente outra vez. E quer que isso seja normal – criticou.

Em aparte, César Borges (PFL-BA) registrou que o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou denúncia associando o ano eleitoral ao crescimento do assistencialismo patrocinado pelo governo federal. Já Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) classificou o presidente de cínico por tentar colocar a pecha de corrupto em todos os partidos. Por sua vez, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elegeu “o mau exemplo do governo federal” como “o maior crime que o presidente Lula teria praticado”.

Senadora lamenta resultado de pesquisa que revela desinteresse pelas eleições deste ano, descrédito nos segmentos políticos e perspectiva de aumento nos votos nulos

Para Iris, é necessário refundar com ética o sistema político

Citando reportagem da revista *Veja*, que traz pesquisa feita pelo Ibope e classifica a atual campanha eleitoral como a mais desanimada desde a redemocratização, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) disse que essa apatia da população reforça a necessidade de refundar o sistema político, tendo a ética como princípio irrevogável.

– Os dados da pesquisa são devastadores: seis em cada dez eleitores não votariam se não fossem obrigados. Cerca de 68% afirmam estar “mais ou menos”, “pouco” ou “nada” interessados nas eleições. Mais do que nunca, agora a política não é apenas para os políticos, é para todos. O



O grande remédio contra a apatia é a participação política, defende Iris

grande remédio é a participação política – afirmou.

A pesquisa, observou a senadora, “revelou outra realidade ainda mais dramática no plano institucional e que pode com-

prometer de maneira irreversível o futuro do país: 90% dos entrevistados dizem não confiar nos políticos”. Outro motivo de preocupação, continuou Iris, é o índice de 18% dos eleitores que declararam ter a intenção de anular o voto para deputado federal. Ela assinalou que, caso isso se confirme, haverá um aumento de 500% no voto nulo em comparação às eleições de 2002.

– Este é o explosivo cenário do Brasil a um mês das urnas: a perspectiva de uma avalanche de votos nulos, um amplo desinteresse pelas eleições e o crescimento vertiginoso do descrédito nos segmentos políticos – lamentou.

César Borges acusa governo de tentar controlar os meios de comunicação

César Borges (PFL-BA) comentou notícia publicada ontem no jornal *Folha de S. Paulo* segundo a qual o governo Lula estaria manifestando a intenção de criar mecanismos de controle sobre os meios de comunicação.

– Tenho preocupação com o hoje e o amanhã deste país, com a quase lavagem cerebral, a tentativa de compra de consciência da população – disse o senador.

Ele classificou a afirmação de Lula – de que não teria dito em sua campanha para a Presidência que criaria 10 milhões de empregos, mas sim que “seria necessário criá-los” – como “uma

combinação de falta de ética, não realização de promessa e irresponsabilidade”.

O senador criticou a ocupação de cargos públicos por ex-sindicalistas petistas e o financiamento, pelo governo, de movimentos sociais que seriam “instrumentalizados para desmoralizar instituições públicas, como o Congresso”.

César Borges condenou ainda a demissão de um economista da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) que teria “discordado democraticamente” de medida adotada pelo Ministério da Fazenda sobre desconto em folha para financiamento da casa própria.



César Borges condena ocupação de cargos públicos por ex-sindicalistas do PT

Em aparte, Romeu Tuma (PFL-SP) disse que o Congresso tem se manifestado contra tentativas de cerceamento da liberdade de expressão. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comentou artigo de Clóvis Rossi, da *Folha*, sobre o assunto, dizendo que Lula segue o presidente venezuelano Hugo Chávez.

Almeida Lima critica Wagner Tiso e Paulo Betti

Almeida Lima (PMDB-SE) criticou o compositor Wagner Tiso e o ator Paulo Betti por defenderem o PT em relação a atos de corrupção denunciados e investigados em CPIs. Wagner Tiso, segundo o senador, teria declarado: “Não estou preocupado com a ética do PT nem com qualquer ética; acho que o PT fez o jogo que tem de fazer para governar o país”. Por sua



Almeida Lima propõe boicote a artistas que consideram corrupção inevitável

vez, Paulo Betti teria justificado atos irregulares do partido argumentando “serem inevitáveis na política”.

– Como diz a jornalista Dora Kramer no jornal *O Estado de S. Paulo*, esses senhores estão

para a classe artística como os mensaleiros e sanguessugas estão para a classe política – enfatizou o parlamentar.

Ele citou ainda artigo em que o jornalista Diogo Mainardi se refere ao ator José de Abreu como “lulista” e defensor dos atos do governo, por ter sido beneficiado com um patrocínio da Eletrobrás para um espetáculo teatral do qual é protagonista. Almeida Lima disse concordar com Mainardi quando ele conclama a população a boicotar José de Abreu, “assim como o povo dos Estados Unidos boicotou Mel Gibson por anti-semitismo”.

Geraldo Magela



Reunião no conselho: Paulo Octávio (E), Demostenes, João Alberto e Jefferson Péres

Caso de senadores pode não ser julgado antes das eleições

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar poderá não conseguir concluir os processos disciplinares contra os senadores Magno Malta (PL-ES), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Serys Shlessarenko (PT-MT) até o dia 24 de setembro, como previsto pelo presidente do colegiado, João Alberto Souza (PMDB-MA). A estimativa é dos relatores dos processos. Eles explicaram que tudo vai depender dos procedimentos que serão adotados para investigar os acusados de envolvimento no caso das ambulâncias.

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator do processo contra Suassuna, não é possível ainda prever que os trabalhos do Conselho de Ética estarão concluídos antes das eleições marcadas para 1º de outubro.

– Tudo depende da quantidade de testemunhas que ouviremos,

principalmente as arroladas pelos acusados. Eles [investigados] ainda têm o prazo de cinco sessões para se defender e, depois que os processos forem concluídos no conselho, a CCJ [Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania] ainda tem prazo, também de cinco sessões, para se pronunciar – explicou Jefferson.

Da mesma opinião compartilha o senador Demostenes Torres (PFL-GO), relator do processo contra Magno Malta. Para ele, há várias decisões que poderão atrasar as investigações, além dos depoimentos. Como exemplo, citou um possível pedido de quebra dos sigilos fiscal, telefônico e bancário de algum acusado ou de pessoa a ele ligada.

Paulo Octávio (PFL-DF), relator do processo contra Serys, disse que espera concluir seu parecer até o fim de setembro.

Conselho de Ética ouve na terça Luiz Antônio e Darci Vedoin

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado interrogará na próxima terça-feira os donos da empresa Planam, Luiz Antônio e Darci Vedoin, e o parceiro deles, Ronildo Medeiros, sobre o eventual envolvimento de três senadores com a máfia das ambulâncias. A decisão foi anunciada ontem pelo presidente do conselho, João Alberto Souza, depois de conversar com Jefferson Péres, Demostenes Torres e Paulo Octávio, respectivamente relatores dos processos contra Ney Suassuna, Magno Malta e Serys Shlessarenko.

– O interrogatório em princípio será aberto e começará na terça, mas poderá ser estendido até a quarta, se houver necessidade – antecipou João Alberto, explicando que Luiz Antônio e seu pai Darci são os principais empresários do esquema, além de terem fornecido a maior parte das informações sobre o caso à

Justiça e à Comissão Parlamentar de Inquérito Mista (CPI) dos Sanguessugas.

Para a quarta-feira, estão programados os depoimentos do presidente da CPI, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), e do deputado Lino Rossi (PP-MT). O primeiro será convidado a falar sobre as acusações a Suassuna, que apresentou mais três testemunhas. Rossi deverá ser inquirido sobre o suposto empréstimo ao senador Magno Malta de um carro pertencente à Planam. O deputado enviou carta ao conselho inocentando Malta.

Em datas ainda não marcadas, serão interrogados o genro de Serys, Paulo Roberto Ribeiro, na conta de quem a Planam teria depositado dinheiro, e um assessor do senador Ney Suassuna, Marcelo Cardoso Carvalho, que teria recebido propinas do esquema de venda de ambulâncias.

Presidente do Senado diz que próximo presidente da República deverá promover coalizão com o Parlamento para conduzir a administração do país

Renan é a favor de voto aberto para cassação de parlamentar

O presidente do Senado, Renan Calheiros, é favorável ao voto aberto para algumas deliberações do Legislativo, como a referente à cassação de parlamentares. Renan deu essa informação ao deixar, na manhã de ontem, solenidade em que homenageou 58 servidores da Casa, todos pessoas com deficiência.

– Em alguns casos, sou a favor do voto aberto, como no caso de cassação – declarou.

Renan explicou que os defensores do voto aberto alegam que essa é a melhor forma de a sociedade acompanhar como votam seus representantes. Os que defendem o voto secreto, prosseguiu ele, alegam, entretanto, que, votando secretamente, o parlamentar digno dispõe da independência necessária para deliberar de acordo com sua consciência, sem pressões.

O presidente afirmou ainda que “alguns acham inclusive que o voto aberto facilitará o controle do poder político pelo poder econômico”. Pessoalmente, contudo, Renan acha que o voto deve ser aberto, mas entende que o voto fechado deve permanecer para as votações de vetos presidenciais, indicação de diretores do Banco Central e outras escolhas de au-



Renan afirma que fez tudo para agilizar os processos relativos a senadores

toridades.

– No voto aberto, as votações podem ser pressionadas. Não sabemos se a matéria passa ou não no Senado. O assunto é polêmico. O certo é que, quando a proposta chegar da Câmara, daremos aqui a maior celeridade possível à votação. No que depender de mim, facilitarei a tramitação.

Renan também disse ter feito tudo para agilizar os trâmites que levaram o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a instaurar processos contra os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Serys Shlessarenko (PT-MT) e Magno Malta (PL-ES).

– Fizemos tudo para que os

processos andassem com rapidez, como a sociedade queria. Não tentei atrasar o processo. Os próprios interessados ligaram pedindo celeridade. Queríamos ver isso rapidamente esclarecido – frisou.

Na mesma entrevista, Renan ressaltou que, seja quem for, o próximo presidente da República terá que fazer uma coalizão com o Parlamento a fim de conduzir a administração do país. E observou que essa coalizão deverá ocorrer em torno do aperfeiçoamento constitucional, não de cargos.

Renan assinalou que não conversou sobre o próximo governo com o presidente Lula. Mas reafirmou que essa conversa será necessária com quem quer que seja eleito, para o bem do país.

Numa análise do cenário que se visualiza para o país, no próximo ano, Renan prevê uma reestruturação partidária, em razão da cláusula de barreira (que exige um desempenho mínimo dos partidos em nível) e, mais de uma vez, defendeu a coalizão do presidente da República com o Parlamento, com base no aperfeiçoamento das leis. Ele citou especialmente a Lei da Micro e Pequena Empresa, a reforma tributária e a reforma política.

Acusação a mais um senador e dois deputados

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas decidiu, ontem, notificar o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e os deputados Salvador Zimbaldi (PSB-SP) e Philomon Rodrigues (PTB-PB) para que prestem esclarecimentos à comissão, conforme anúncio feito pelo presidente da CPI, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), após reunião do colegiado. Ele disse que agora os parlamentares passam à condição de investigados.

Biscaia afirmou também que a CPI, durante o período de seus trabalhos, poderá investigar qualquer parlamentar sobre os quais existam elementos de prova de envolvimento com o esquema de venda superfaturada de ambulâncias com recursos do Orçamento da União.

A CPI decidiu também, informou Biscaia, incluir, entre os requerimentos a serem votados na próxima terça-feira, o que pede a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Cristianne Mayrink Sampaio Silva, suposta colaboradora na administração das emendas parlamentares e cobrança de propinas no esquema de venda superfaturada de ambulâncias.

Redecker tem nomes para investigar no Executivo

A sub-relatoria da CPI dos Sanguessugas que trata do envolvimento do Poder Executivo com a máfia das ambulâncias já tem sua primeira lista de nomes a serem investigados. É o que informou ontem o deputado federal Júlio Redecker (PSDB-RS), responsável por essa sub-relatoria, após se reunir com técnicos da Controladoria Geral da União (CGU), do Tribunal de Contas da União (TCU) e da própria comissão parlamentar de inquérito. O deputado, no entanto, manteve segredo sobre quem são os integrantes da lista.

Redecker declarou que talvez divulgue alguns desses nomes na semana que vem, quando a sub-relatoria poderá solicitar, segundo ele, a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de alguns deles “para aprofundar as investigações”. Ao ser indagado sobre o perfil dos integrantes da lista, Redecker afirmou que “há de tudo, de servidores públicos a empresários”.

O parlamentar disse ainda que pretende ouvir Luiz Antônio Trevisan Vedoin e seu pai, Darci Vedoin, ambos sócios da empresa Planam.

Em solenidade de encerramento da Semana da Pessoa com Deficiência, o presidente do Senado destaca as medidas adotadas para melhorar o acesso às dependências da Casa

Acessibilidade se traduz em oportunidades iguais, diz Renan

Ao homenagear, na manhã de ontem, as 58 pessoas com deficiência que integram o quadro funcional do Senado, o presidente da Casa, Renan Calheiros, declarou que acessibilidade não se reduz à oferta de cadeira de rodas nem ao rebaixamento de meio-fio para facilitar a locomoção, mas significa um maior equilíbrio na oferta de oportunidades.

Na solenidade destinada a encerrar a Semana da Pessoa com Deficiência, Renan disse que o Senado está comemorando, ao lado da sociedade civil, uma nova consciência na promoção da diversidade humana, já presente no serviço público brasileiro. Lembrou ainda que essa

nova postura diante da pessoa com deficiência é medida fundamental numa democracia.

– Entre nós, servidores e parlamentares, a idéia da expansão contínua da acessibilidade figura, há tempos, entre as metas centrais da instituição, e tem se traduzido em medidas concretas, que vêm melhorando a conformação do nosso espaço físico – assinalou.

O presidente do Senado explicou que o conceito de acessibilidade deve ser amplo e representar para o usuário do Senado o direito de acessar as redes de informações, o direito à eliminação de barreiras arquitetônicas, de acesso físico, de disponibilidade da comunicação,

de equipamentos e de programas adequados.

– Para isso, a Comissão de Acessibilidade trabalhou, nos últimos anos, tendo viabilizado a construção de sanitários adaptados, de uso público; a instalação de elevadores; a construção de rampas de acesso; o nivelamento de pisos e a remoção de obstáculos físicos – informou.

Renan destacou ainda a criação do Serviço de Atendimento e Apoio à Pessoa com Deficiência, formado por servidores especializados em atendimento e locomoção de deficientes visuais.

– Fizemos muito, porém o muito às vezes não basta, faremos ainda mais – ressaltou.

Célio Azevedo



Florian Madruga, Alexandre Xavier, Carlos Stuckert e Selma Quintela participam do evento

Fórum debate medidas para elevar a qualidade de vida no serviço público

A implantação de um projeto de qualidade de vida depende do envolvimento de todos os funcionários da instituição. A avaliação foi feita ontem pela coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde e Trabalho da Universidade de Brasília (UnB), Ana Magnólia Bezerra Mendes, durante palestra no II Fórum de Qualidade de Vida nas Instituições Públicas, promovido pelo Senado.

O evento, que termina hoje, no auditório do Interlegis, conta com a participação de aproximadamente 180 representantes de órgãos públicos. Antes da palestra de Ana Magnólia, os participantes do fórum ouviram a presidente do Instituto Brasileiro de Qualidade de Vida (IBQV), Elizabeth Garcia Campos, que destacou a importância da valorização do capital humano nas empresas do setor público.

De acordo com Ana Magnólia, a organização de um plano de qualidade de vida deve levar em conta aspectos como as condições funcionais da organização e as relações socioprofissionais no

trabalho, o custo básico cognitivo e emocional gerado pelas atividades da empresa, além dos danos físicos e psicossociais causados por essas funções. A iniciativa deve observar princípios como os níveis de prazer (realização e liberdade) e sofrimento (falta de reconhecimento e esgotamento profissional) dos empregados, disse a psicóloga.

Também foi realizada mesa-redonda sobre o tema “Capacitação e Treinamento no Serviço Público”, que teve como moderador o diretor de Treinamento do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Carlos Stuckert. Participaram do debate o diretor-executivo do ILB, Florian Madruga, a diretora de Gestão de Pessoas, da Presidência da República, Selma Quintela, além de Alexandre Xavier, do Instituto Serzedello Corrêa.

À tarde, foram discutidos os problemas das lesões por esforço repetitivo (LER), com a participação do diretor do Instituto Nacional de Prevenção às LER/Dort, André de Oliveira, e do mestre em Educação Física Sandor Balsamo.

Tuma saúda o Dia do Soldado e reverencia o Exército brasileiro

Romeu Tuma (PFL-SP) reverenciou a atuação do Exército brasileiro ao destacar ontem, em Plenário, a passagem do Dia do Soldado, celebrado em 25 de agosto. Ao assinalar o significado, inclusive social, do trabalho do soldado e dessa força militar para o país, o senador fez uma rápida retrospectiva da trajetória do marechal Luiz Alves de Lima, o Duque de Caxias, apontado como exemplo de coragem, arrojo e determinação.

De acordo com Tuma, “a figura do soldado paira acima dos interesses mesquinhos que causam angústia ao povo brasileiro”. Apesar de se defrontar com perdas salariais e dificuldades operacionais no exercício da atividade,



Rosevelt Pinheiro

Para Romeu Tuma, “a figura do soldado está acima de interesses mesquinhos”

sustentou que o soldado expressa um amor à pátria maior que seu instinto de preservação.

Tuma também apresentou requerimento de pesar pela morte de dom Luciano Mendes de Almeida, recebendo o apoio de Marcos Guerra (PSDB-ES).

J. Freitas



Renan (2º à esquerda, entre Efraim e Tuma) presta homenagem a 58 pessoas com deficiência que integram quadro funcional do Senado

Iniciativas do Senado são exemplos de inclusão

Em discurso em que listou as inúmeras providências adotadas para promover o acesso e a inclusão das pessoas com deficiência, o diretor-geral do Senado, Agacieli Maia, disse ontem que a Casa torna-se um exemplo de instituição pública que oferece condições adequadas de ingresso às suas dependências.

O diretor-geral afirmou que a idéia básica dessa iniciativa é oferecer não apenas aos funcionários, mas a todos os cidadãos com deficiência que chegam ao Legislativo, condições adequadas de acesso às suas dependências e aos serviços e informações prestados pelo Parlamento.

Agacieli destacou alguns even-

tos realizados pelo Senado em favor da inclusão, como a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, a exposição fotográfica *Imagens da Inclusão*, a campanha de conscientização “Com as nossas diferenças, somos todos iguais” e a distribuição de cartazes com o objetivo de sensibilizar o público sobre a importância do engajamento nessa causa.

– Quanto à alocação de recursos humanos, esta Casa, em cumprimento à Lei de Cotas, iniciou a contratação de estagiários e terceirizados com deficiência – informou. Ele destacou ainda o contínuo aprimoramento da infra-estrutura predial e urbanística

do Senado e novas ações como a complementação da sinalização interna e externa.

Também participaram da solenidade os senadores Efraim Morais (PFL-PB), Romeu Tuma (PFL-SP), Paulo Paim (PT-RS), César Borges (PFL-BA) e Paulo Octávio (PFL-DF), além de inúmeros funcionários e dirigentes da Casa, entre eles, o diretor da Secretaria de Recursos Humanos, João Carlos Zoghbi, e a chefe do Cerimonial da Presidência, Mônica de Araújo Freitas.

Durante a homenagem, foi exibido um vídeo realizado pela TV Senado mostrando as ações planejadas e já implementadas pela Casa.

Podem ser submetidos logo a votação projetos relevantes como o que muda a tramitação de emendas provisórias e o que torna impositivo o Orçamento

Estão na Câmara 803 propostas do Senado e de comissões

Há 803 propostas originárias do Senado ou de comissões mistas que se encontram em etapas diversas de tramitação na Câmara dos Deputados. Elas incluem desde projetos produzidos por comissões parlamentares de inquérito até a proposição que muda radicalmente a tramitação das medidas provisórias e a que torna obrigatória a execução do Orçamento da União. Constatam também dessa relação iniciativas que visam promover avanços sociais, como o Estatuto da Igualdade Racial e os projetos que complementam a reforma do Judiciário. Já no Senado aguardam deliberação 527 matérias provenientes da Câmara.

Na relação das proposições que estão prontas para entrar na ordem do dia do Plenário da Câmara, há três que beneficiam trabalhadores dos setores público e privado. A primeira é a proposta de emenda

à Constituição de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que altera o limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral (PEC 457/05). De acordo com a proposta, a aposentadoria poderá ser compulsória aos 75 anos de idade, com benefício proporcional ao tempo de contribuição.

Participação nos lucros

Outras duas propostas prontas para votação em Plenário tratam de interesses de trabalhadores do setor privado. Uma é o projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que rege a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e define sua participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade do trabalho (PL 4.580/90). Essa distribuição seria negociada diretamente entre a empresa e seus funcionários ou em uma comissão eleita por eles.

Já projeto do então senador Fernando Henrique Cardoso modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para proteger os salários de empregados de retenção dolosa – quando a empresa atrasa o pagamento de salários de seus trabalhadores por mais de 20 dias e utiliza o valor para atender outros compromissos e interesses (PL 3.943/89).

A retenção dolosa pode sujeitar ainda o empregador à pena prevista no artigo 168 do Código Penal: a apropriação indébita, com pena de reclusão de um a quatro anos e multa. Outros 18 projetos correlatos estão apensados a este.

Pautas das duas Casas

Até o último dia 23, por meio de pesquisa no portal da Câmara e com o auxílio de integrantes da Mesa diretora da Casa, constatou-se a existência de 803 proposições originárias do Senado ou de comissões mistas, entre as quais

679 projetos de lei (PLs), 42 propostas de emenda à Constituição (PECs), 54 projetos de decreto legislativo (PDCs) e 28 projetos de lei complementar (PLPs). Desses, estão prontos para entrar na pauta do Plenário 384, sendo 305 PLs, 18 PECs, 46 PDCs e 15 PLPs. Quatro PECs e um projeto de resolução originários da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios estão no período de recebimento de recurso.

Tramitam no Senado, originárias da Câmara, 527 matérias, entre as quais 357 projetos de lei da Câmara (PLCs), 168 projetos de decreto legislativo (PDSs) e duas propostas de emenda à Constituição: a PEC 55-A, que dispõe sobre o limite de despesas e a composição das câmaras de vereadores dos estados brasileiros; e a PEC 7/92, de autoria do ex-deputado Genebaldo Correia, que também trata do número de

vereadores por município e está pronta para entrar na pauta.

No Senado, estão na agenda para setembro vários projetos da Câmara: o que cria funções comissionadas no TRT da 15ª Região (PLC 8/05); o que altera o Estatuto da Terra para autorizar o parcelamento de imóveis rurais destinados à agricultura familiar em tamanhos menores do que o determinado pelo “módulo rural” de cada região (PLC 31/04); o que obriga médicos e odontólogos a utilizarem os nomes registrados na Denominação Comum Brasileira (DCB) ou Internacional (DCI) na prescrição de medicamentos (PLC 65/05); e o que aprova o texto do acordo de cooperação em segurança pública entre Brasil e França (PDL 131/97). Há ainda originários da Câmara uma PEC, 26 PLCs e quatro PDSs prontos para constar da ordem do dia.



Câmara deve examinar, entre outros, projetos do Senado que beneficiam trabalhadores

Fotos: Moreira Mariz

Orçamento impositivo aguarda votação

Duas proposições de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) também aguardam deliberação dos deputados. A primeira torna o Orçamento da União impositivo, o que significa que a programação constante da lei orçamentária anual passará a ser obrigatória e sua não-execução implicará crime de responsabilidade (PEC 565/06).

A exceção prevista na PEC é quando o presidente da República enviar – e o Congresso aprovar – pedido de cancelamento ou contingenciamento, total ou parcial, da proposta até 120 dias antes de encerrada a sessão legislativa.

Outra proposta de Antonio Carlos Magalhães disciplina a edição de medidas provisórias pelo Poder Executivo (PEC 511/06). De acordo com a iniciativa, a MP só terá força de lei depois de aprovada a admissibilidade pelo Congresso Nacional. O texto diz que o presidente da República deverá submeter as MPs de imediato ao Congresso Nacional e que a tramitação começará alternadamente pela Câmara e pelo Senado.



No Senado, há 527 proposições oriundas da Câmara dos Deputados

Propostas de CPIs incluem luta contra a exploração sexual

Proposições legislativas originárias de comissão mista têm a tramitação iniciada alternadamente pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, de acordo com o Regimento Comum do Congresso Nacional. Das matérias cuja tramitação foi iniciada pelo Senado, três originárias da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que funcionou entre 2002 e 2004, estão prontas para votação no Plenário da Câmara.

A primeira proposição altera o Código Penal tipificando os crimes contra a liberdade e o desenvolvimento sexual e contra o desenvolvimento sexual

de vulnerável e os crimes de lenocínio e de tráfico de pessoa para o fim de exploração sexual (PL 4.850/05).

Outro projeto caracteriza como crime fotografar ou filmar, disponibilizar ou facilitar o acesso a cenas de sexo explícito ou pornográficas, envolvendo criança ou adolescente, na rede mundial de computadores (PL 4.851/05). O último determina o fechamento definitivo de estabelecimentos como hotel, pensão ou motel se verificada a constância em hospedar criança ou adolescente sem autorização escrita dos pais ou responsáveis (PL 4.852/05). Os três tramitam em regime de urgência.

Estatuto da Igualdade Racial e projetos sobre o Judiciário

Um dos projetos de autoria de senador que tramitam na Câmara dos Deputados é o que ficou conhecido como Estatuto da Igualdade Racial (PL 6.264/05), de Paulo Paim (PT-RS). Em novembro de 2005, a proposição foi aprovada no Senado na forma de substitutivo do relator, Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

O estatuto cria mecanismos indutores da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e abre caminho para a instituição do sistema de cotas em favor da população afro-brasileira. Nas universidades públicas, a reserva será regulamentada por legislação

específica.

Dois projetos referentes à reforma do Judiciário também podem ser escolhidos a qualquer momento pela Presidência da Câmara para comporem a ordem do dia do Plenário. O primeiro trata da federalização dos crimes contra os direitos humanos (PL 6.647/06). Já a segunda proposição determina que o Supremo Tribunal Federal só conhecerá o recurso extraordinário quando a questão constitucional oferecer “repercussão geral”, considerando a existência, ou não, de questões relevantes que ultrapassem os interesses subjetivos da causa (PL 6.648/06).

Presidente do Senado lembra papel da categoria na realização do que considera o maior sonho do brasileiro – a casa própria



Fotos: Roosevelt Pinheiro



Profissionais do setor acompanham, na sessão especial, o pronunciamento de Paulo Octávio (de pé, na foto à direita), autor do requerimento que resultou na homenagem

Senado homenageia corretores de imóveis

O Senado realizou na manhã de ontem uma sessão especial em comemoração ao Dia do Corretor de Imóveis, que transcorreu no último domingo. Além do presidente da Casa, Renan Calheiros, compuseram a Mesa o senador Paulo Octávio (PFL-DF), autor do requerimento para a sessão; o presidente do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis e do Conselho Regional do Distrito Federal, Luiz Carlos Attié; e o presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Distrito Federal, Hermes Alcântara.

Renan Calheiros destacou a importância da profissão para a economia do país e a qualidade de

vida da população, especialmente no que diz respeito à concretização do sonho da maioria dos brasileiros de ter a casa própria. Ele lembrou ainda o Projeto de Lei 167/03, de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que isenta de Imposto sobre Produtos Industrializados a aquisição de automóvel pelo corretor.

Importância

Paulo Octávio, que é empresário do ramo imobiliário, ressaltou ter exercido essa profissão e que ainda se considera um corretor. Salientou em particular o período da construção de Brasília, quando a atividade foi regulamentada e houve o primeiro loteamento de

terrenos públicos no mundo, vendidos por corretores de imóveis. Disse que o presidente Juscelino Kubitschek reconhecia a importância dos profissionais da área e sua participação no desenvolvimento do país. E observou que, com a complexidade do mundo atual, os corretores vêm assumindo novas funções, levando em conta o crescimento urbano, os cuidados com o meio ambiente e a necessidade de ordenamento urbano.

Em entrevista à Agência Senado, o presidente do Conselho Federal de Corretores de Imóveis, Luiz Carlos Attié, assinalou que o setor vem crescendo a uma taxa de 6% ao ano, abaixo da previsão para

2006, de 8,5%. Attié elogiou a iniciativa de Paulo Octávio, cuja família teria se mudado para o Distrito Federal graças a um corretor de imóveis que vendeu um terreno para o pai do senador, quando morava em Lavras (MG).

Também em entrevista, Hermes Alcântara, presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Distrito Federal, disse que a corretagem é um setor alavancador do crescimento da economia brasileira, pela geração de emprego e renda que proporciona. Chamou Paulo Octávio de “arauto da causa dos corretores” em razão do esforço que desenvolve em defesa da categoria.

Renan destaca papel da categoria em favor do desenvolvimento

Na saudação dirigida aos corretores, o presidente do Senado, Renan Calheiros, ressaltou o papel da profissão na realização do que considera o maior sonho do brasileiro – a aquisição da casa própria. Renan registrou seu apoio à celeridade na aprovação do projeto de Romeu Tuma que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para automóveis adquiridos pelos corretores de imóveis.

– Esse debate contribuirá para o aperfeiçoamento da legislação brasileira relacionada a esse setor profissional, responsável por um grande impulso no desenvolvimento do Brasil – disse o presidente do Senado, ao recordar que a chamada MP do Bem trouxe o aumento da produção na construção civil e a diminuição dos preços dos imóveis a serem adquiridos.

Paulo Octávio pede ação em defesa do meio ambiente

O senador Paulo Octávio conclamou, em seu pronunciamento na sessão especial, os corretores de imóveis a cerrar fileiras com os defensores do meio ambiente, evitando que sejam vendidos novos imóveis em áreas de risco ou cuja construção possa de alguma forma afetar o meio ambiente.

– O corretor de imóveis moderno não é aquele que cuida apenas de uma transação entre o dono e o cliente. Ele hoje orienta investimentos, contribui na discussão sobre o planejamento urbano. O corretor moderno não pode ser conivente, por exemplo, com aqueles que jogam esgotos *in natura* nos cursos d’água ou despejam lixo em qualquer lugar – afirmou o parlamentar, autor do requerimento de homenagem.

Paulo Octávio lembrou que

trabalhou por muitos anos como corretor de imóveis e prestou homenagem a Antônio Macuco Alves, conhecido como Toneco, um dos pioneiros do setor no Brasil e que batalhou, há mais de 50 anos, pela regulamentação do exercício dessa profissão e para unir os profissionais em associações de classe.

O parlamentar informou que, no Brasil, existem cerca de 180 mil corretores de imóveis, e suas associações de classe têm se preocupado, nas últimas décadas, em melhorar a capacidade técnica de seus filiados, com a exigência de cursos de aperfeiçoamento.

Ele disse ainda que o presidente Juscelino Kubitschek determinara que a venda de imóveis em Brasília, durante sua construção, fosse feita por corretores, que

percorreram o Brasil oferecendo lotes na nova capital. O pai do senador, por exemplo, dentista de Lavras (MG), comprou um lote em Brasília.

O senador pelo Distrito Federal pediu que a Câmara dos Deputados aprove projeto de lei de sua autoria (PLS 366/03) que obriga os cartórios de registro de imóveis a incluírem na escritura de compra e venda o nome e o número do registro do corretor e o valor recebido. Paulo Octávio acredita que a adoção dessa providência dará mais confiança ao comprador, além de evitar sonegação de impostos.

Em aparte, o senador Romeu Tuma defendeu a aprovação do projeto de lei de sua iniciativa que visa conceder isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na venda de veículos novos adquiridos por corretores de imóveis, ponderando que o veículo é seu instrumento de trabalho.

Paim combate desigualdades na Previdência

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem, em Plenário, uma reforma da Previdência Social “que seja democrática, que contribua para a diminuição das desigualdades sociais e que não suprima direitos dos trabalhadores”.

Para o senador, é fundamental, por exemplo, que a Previdência siga o princípio da universalidade, da integralidade e da irredutibilidade dos vencimentos. Paim voltou a defender o fim do chamado fator previdenciário, que, segundo ele, tira dos trabalhadores grande parte daquilo a que teriam direito, e pediu garantia para que os recursos destinados à seguridade não sejam desviados para outros fins.

O parlamentar sugeriu a formação de um conselho do qual participariam trabalhadores da ativa, aposentados, governo e representantes dos empregadores. Esse conselho, conforme explicou, teria como objetivo realizar, o mais rápido possível, auditoria nas contas da Previdência, o que comprovaria, na expectativa de Paim, que ela é superavitária.

– É falta de conhecimento, má-fé ou inocência divulgar a idéia de que a Previdência brasileira é deficitária – afirmou, observando que é preciso estabelecer as reais fontes de arrecadação.

De acordo com Paim, prova da importância do assunto é a forma cautelosa como todos os candidatos à Presidência da República o abordam. O senador destacou ser fundamental que os eleitores conheçam bem as propostas de cada um dos candidatos para a área.



Paulo Paim volta a defender o fim do fator previdenciário